

Fedrigoni Brasil Papéis S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Fedrigoni Brasil Papéis S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Fedrigoni Brasil Papéis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos itens 1 e 2, assim como pelos potenciais efeitos dos assuntos descritos nos itens 3, 4, 5 e 6 da seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fedrigoni Brasil Papéis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1) Competência de registros contábeis

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 b) às demonstrações financeiras, a Companhia obteve, em setembro de 2019, decisão favorável transitada em julgado em ação que discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Apesar da decisão favorável, a Companhia manteve a prática de incluir o ICMS na base do PIS e COFINS sendo que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu na rubrica de “Outras despesas operacionais, líquidas” créditos extemporâneos de PIS e COFINS pagos a maior no período compreendido entre outubro de 2019 e dezembro de 2020 no montante de R\$5.092 mil. Como consequência, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está aumentado em R\$5.092 mil.

Conforme descrito na nota explicativa nº 16 c) às demonstrações financeiras, a Companhia efetuou baixa de provisão para contingências provenientes de combinação de negócios, no montante de R\$7.944 mil. Com base nos controles internos da Companhia, o montante reconhecido no resultado é referente à riscos fiscais não materializados, cujo período prescricional é integralmente anterior ao exercício de 2021. Como consequência, o resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 está aumentado em R\$7.944 mil.

2) Vencimento antecipado de passivo financeiro classificado no passivo não circulante

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui dívida de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, contendo cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), dentre as quais, é prevista possibilidade de vencimento antecipado não automático da dívida em caso de concessão de recursos, via contrato de mútuos, a quotistas e/ou outras partes relacionadas sem o aval prévio dos credores da dívida, assim como pela não conclusão do registro de Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças. Em 2021 a Companhia celebrou contratos de mútuo com seu acionista controlador, sem autorização expressa prévia dos credores da dívida e não obteve o registro do instrumento supracitado, refletindo, portanto, em quebra de cláusulas de covenants, uma vez que as concessões para o não vencimento antecipado por parte dos credores foram aprovadas posteriormente a 31 de dezembro de 2021, conforme mencionado na nota explicativa nº 27. Portanto, o saldo de R\$83.878 mil (R\$ 85.590 mil em 31 de dezembro de 2020), apresentado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021, na rubrica de empréstimos e financiamentos, deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante e o passivo circulante estão ambos registrados a maior e a menor, respectivamente, em R\$85.890 mil (R\$ 85.590 mil em 31 de dezembro de 2020).

3) Potenciais impactos de obrigações com terceiro

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 c) às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu obrigações com o antigo controlador no montante de R\$11.341 mil, em contrapartida a rubrica de outras receitas e despesas operacionais. Até o momento, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para a concluir sobre se o montante reconhecido reflete a obrigação presente com o antigo controlador e, como consequência, não foi possível estimar os possíveis efeitos que tais obrigações teriam no passivo e no resultado do exercício.

4) Adiantamentos para compra de ativo imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldo registrado à rubrica "Adiantamentos a fornecedores de imobilizado" no montante de R\$8.789 mil, para o qual não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto a existência de tal ativo em 31 de dezembro de 2021.

5) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia não apresentou controles internos suficientes e apropriados que nos permitisse avaliar questões relacionadas a apuração do imposto de renda e contribuição social. Consequentemente, o alcance de nossos trabalhos não foi suficiente para satisfazer-nos quanto aos eventuais ajustes no saldo de imposto de renda e contribuição social, bem como os possíveis efeitos no balanço patrimonial, no resultado do exercício findo nessa data e na divulgação da nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

6) Carve-out

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou carve-out de determinadas operações por meio de duas transações societárias distintas: (i) cisão parcial de determinados ativos e passivos para uma parte relacionada, cujo valor contábil correspondeu a zero, e representados por ativos e passivos que totalizam o mesmo valor de R\$62.025 mil, e (ii) contrato de trespasse de outros ativos para esta a mesma parte relacionada, no valor de R\$108.459 mil, e cujo valor recebido equivaleu ao custo dos referidos ativos. Como resultado dessas operações e, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, a Companhia considerou a operação de trespasse, no valor de zero. Conquanto a Administração e seus assessores jurídicos estejam convictos quanto à legalidade e correção da adoção de tais procedimentos, devido à complexidade das transações efetuadas, não é possível descartar a eventualidade de um futuro questionamento, pelas autoridades tributárias, seja quanto à incidência de tributos sobre tais transações, seja quanto à manutenção, pela Companhia, de determinados créditos tributários ativos existentes previamente à cisão e ao trespasse. Consequentemente, não nos foi praticável estimar eventuais ajustes que poderiam ser requeridos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Ênfase

Retificação dos valores correspondentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, certos valores do balanço patrimonial referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir reclassificações necessárias, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 29 de setembro de 2021, com ressalvas sobre essas demonstrações financeiras referentes à: i) ausência de uma avaliação legal de determinadas transações societárias realizadas em 2020; ii) classificação incorreta de dívida com o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA em que na rubrica de empréstimos e financiamento, deveria ter sido reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante; iii) limitação de escopo sobre a conclusão dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos; iv) limitação de escopo sobre saldo registrado no valor de R\$8.302 mil, na rubrica de Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

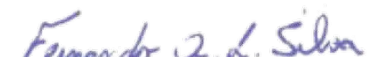
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de outubro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> Reapresentado	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.876	14.001	Fornecedores	13	50.168	23.242
Contas a receber	6	48.025	51.413	Salários e encargos sociais	17	7.024	7.342
Estoques	7	74.540	35.695	Impostos, taxas e contribuições		1.872	2.759
Impostos a recuperar	8	18.528	17.730	Empréstimos e financiamentos	14	12.009	2.560
Outros ativos	9	5.141	7.912	Comissões a pagar		3.014	4.976
		<u>152.110</u>	<u>126.751</u>	Adiantamentos de clientes	18	14.183	693
				Outras contas a pagar	19	15.587	18.748
Não circulante				Receitas a realizar		<u>663</u>	<u>-</u>
Aplicações financeiras	5	7.018	-			<u>104.520</u>	<u>60.320</u>
Impostos a recuperar	8	60.228	36.073				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	3.516	Não circulante			
Depósitos judiciais	16	1.033	1.204	Empréstimos e financiamentos	14	83.878	85.590
Partes relacionadas	11	73.948	57.221	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16	6.262	14.793
Imobilizado	10	118.700	134.899	Outras contas a pagar	19	<u>40.688</u>	<u>30.099</u>
Intangível	12	5.135	7.545			<u>130.828</u>	<u>130.482</u>
Total do ativo não circulante		<u>266.062</u>	<u>240.458</u>				
				Patrimônio líquido	20		
				Capital social		362.893	362.893
				Prejuízos acumulados		<u>(180.069)</u>	<u>(186.486)</u>
						<u>182.824</u>	<u>176.407</u>
Total do ativo		<u><u>418.172</u></u>	<u><u>367.209</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>418.172</u></u>	<u><u>367.209</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	21	337.910	323.935
Custo dos produtos vendidos	22	(232.902)	(224.893)
Lucro bruto		<u>105.008</u>	<u>99.042</u>
Despesas comerciais	22	(23.928)	(18.572)
Despesas gerais e administrativas	22	(41.480)	(64.828)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(2.995)	(27.980)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>36.605</u>	<u>(12.338)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	7.870	1.169
Despesas financeiras	23	(30.186)	(6.891)
Variação cambial, líquida	23	2.865	(55.092)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>17.154</u>	<u>(73.152)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(7.221)	-
Diferido	15	(3.516)	2.834
		<u>(10.737)</u>	<u>2.834</u>
Lucro (prejuízo) das operações continuadas		<u>6.417</u>	<u>(70.318)</u>
Lucro das operações descontinuadas	1.2	-	37.834
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		6.417	(32.484)
Lucro (prejuízo) por ação – R\$		<u>0,002</u>	<u>(0,009)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.417	(32.484)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.417</u>	<u>(32.484)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	362.893	(154.002)	208.891
Prejuízo do exercício	-	(32.484)	(32.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>362.893</u>	<u>(186.486)</u>	<u>176.407</u>
Lucro líquido do exercício	-	6.417	6.417
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u><u>362.893</u></u>	<u><u>(180.069)</u></u>	<u><u>182.824</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	17.154	(45.678)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	14.978	30.314
Baixa de ativo imobilizado	9.861	2.851
Baixa de ativo indenizatório		4
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	139	(4.863)
Juros e atualização provisionados, líquido	20.572	569
Variação cambial	(1.278)	1.152
Baixa de depósitos judiciais	441	8.303
Atualização monetária de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	924	505
Reversão da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(9.455)	(2.785)
Reversão da provisão para perda de estoques	(4.951)	5.648
Provisão para perda de ICMS	-	(730)
Créditos tributários – ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins	(26.299)	-
Provisão para obrigação contratual com terceiro	11.341	-
Outras provisões - Comissionamento a pagar	-	30.099
Juros sobre comissionamento a pagar	(1.322)	-
Receitas a realizar	663	-
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	3.350	(59.100)
Estoques	(33.894)	(1.185)
Impostos a recuperar	1.346	14.760
Depósitos judiciais	(270)	817
Outros ativos	2.771	7.479
Fornecedores	28.103	13.540
Salários e encargos sociais	(318)	(2.534)
Impostos, taxas e contribuições	(7.772)	3.654
Adiantamentos de clientes	13.490	(6.745)
Outros passivos	(4.553)	4.879
	<u>35.021</u>	<u>954</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(336)	-
Juros pagos	(9.100)	(3.176)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>25.585</u>	<u>(2.222)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	(6.230)	(17.692)
Aplicações financeiras	(7.018)	-
Receita com venda de ativos	-	108.459
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(13.248)</u>	<u>90.767</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	-	97.244
Amortização de empréstimos	(10.156)	-
Transferência de caixa – Cisão	-	(14.166)
Empréstimo para parte relacionada	(10.306)	(57.184)
Pagamento de empréstimo com partes relacionadas	-	(119.457)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(20.462)</u>	<u>(93.563)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(8.125)</u>	<u>(5.018)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fedrigoni Brasil Papéis S.A. (“Companhia”) está localizada no município de Salto, Estado de São Paulo. A Companhia atua na fabricação de papéis especiais, de segurança, papel moeda, bem como no comércio, na importação e na exportação de produtos de papel e similares.

De junho de 2014 a setembro de 2020, a Companhia tinha como cotista final o Grupo Fedrigoni S.p.A., cuja matriz está sediada na cidade de Verona, Itália e que em janeiro de 2018 foi adquirido pela Bain Capital Private Equity.

Em 31 de julho de 2020, a Fedrigoni S.p.A. e a Companhia GBRBR Holding S.A., assinaram um acordo de compra e venda referente a Fedrigoni Brasil Papéis Ltda., sendo que uma das condições previstas no acordo era o “carve-out” das operações de papéis especiais, papel moeda e papéis de segurança produzidos na planta de Salto e papéis autoadesivos produzidos na planta de Jundiaí, que ocorreu em 30 de setembro de 2020.

O acordo de compra e venda firmado entre as partes prevê a venda da Fedrigoni Brasil Papéis Ltda., operando somente com a unidade de Salto após realização do “carve-out”, com o mesmo CNPJ, razão social e inscrições existentes, visto que estão vinculados as licenças e contratos para manter a operação em funcionamento, e a Fedrigoni S.p.A assumiu o compromisso de constituir uma nova Companhia com novo CNPJ para assumir as operações da unidade de Jundiaí.

A Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. possuía duas divisões no Brasil, sob controle da Fedrigoni S.p.A (Itália), operando sob a mesma entidade jurídica:

- 1) Fabricação de papéis especiais, papel moeda e de segurança na planta de Salto/SP.
- 2) Fabricação de papéis autoadesivos na planta de Jundiaí/SP.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou “carve-out” das operações, com o objetivo de separar as operações de (i) papéis de segurança e papéis finos produzidos na planta de Salto e de (ii) papéis autoadesivos que se concentravam na planta de Jundiaí.

A segregação da operação de Jundiaí foi realizada mediante à duas operações distintas com a mesma parte relacionada:

- I. Cisão parcial de determinados ativos e passivos de mesmo valor, no montante de R\$62.025.
- II. Contrato de trespasse de outros ativos, com venda dos ativos pelo valor contábil de R\$108.459, os quais foram transferidos para a operação de Jundiaí.

O somatório dos itens i e ii, referente a operação de Jundiaí/SP (parcela “cindida”), foi transferido para uma nova entidade - Arconvert Brasil Ltda., e o saldo remanescente, referente a operação de Salto/SP, permaneceu na Companhia Fedrigoni Brasil Papéis S.A. sob controle do novo acionista, GBRBR Holding S.A (Brasil).

Os impactos no balanço patrimonial provenientes das duas operações descritas anteriormente para a segregação da operação de Jundiaí, estão evidenciadas a seguir:

	BP (Pré Cisão)	Cisão	BP (Pós Cisão)	Trespasse	Vendas de ativos	Saldo final em 30/09/2020
Caixa e equivalentes de caixa	30.229	14.106	16.123	-	-	16.123
Aplicações financeiras	15.440	60	15.380	-	-	15.380
Contas a receber	85.825	4.259	81.566	(67.513)	108.459	122.512
Estoques	98.098	32.932	65.166	-	-	65.166
Impostos a recuperar	69.448	10.668	58.780	(1)	-	58.779
Outros ativos	13.205	-	13.205	(475)	-	12.730
Ativo indenizatório	2.851	-	2.851	-	-	2.851
Depósitos judiciais	10.433	-	10.433	(327)	-	10.106
Imobilizado	168.135	-	168.135	(39.473)	-	128.662
Intangível	9.482	-	9.482	(670)	-	8.812
Total do ativo	503.146	62.025	441.121	(108.459)	108.459	441.121
Fornecedores	(75.905)	(51.722)	(24.183)	-	-	(24.183)
Salários e encargos sociais	(11.193)	-	(11.193)	-	-	(11.193)
Impostos, taxas e contribuições	(11.637)	-	(11.637)	-	-	(11.637)
Fornecedores partes relacionadas	(177.839)	(5.833)	(172.006)	-	-	(172.006)
Comissões a pagar	(1.719)	-	(1.719)	-	-	(1.719)
Adiantamentos de clientes	(6.011)	(4.470)	(1.541)	-	-	(1.541)
Outras contas a pagar	(5.155)	-	(5.155)	-	-	(5.155)
Provisões para contingências	(14.942)	-	(14.942)	-	-	(14.942)
Total do passivo	(304.401)	(62.025)	(242.376)	-	-	(242.376)
Capital social	(362.893)	-	(362.893)	-	-	(362.893)
Prejuízos acumulados	164.148	-	164.148	-	-	164.148
Resultado do período	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	(198.745)	-	(198.745)	-	-	(198.745)
Total do passivo e patrimônio líquido	(503.146)	(62.025)	(441.121)	-	-	(441.121)

O acordo de compra e venda referente a Fedrigoni Brasil Papéis Ltda., prevê que todos e quaisquer passivos relacionados ao processo de “carve-out” e à operação de Jundiaí/SP são de responsabilidade da Fedrigoni S.p.A. e Arconvert Brasil Ltda., incluindo todos e quaisquer passivos trabalhistas relacionados aos empregados transferidos para a nova empresa Arconvert Brasil Ltda., relativos ao período trabalhado antes do processo de carve-out.

A partir de 28 de outubro de 2020 se confirmou o “closing” do acordo de compra e venda, e a Companhia GBRBR Holding S.A. passou a ter 100% das quotas da Companhia, assumindo desde então a administração e as operações da mesma. A documentação relativa a esta transação foi registrada nos órgãos competentes em maio de 2021.

Em 20 de agosto de 2021, por deliberação dos sócios, a Companhia passou a ser uma Sociedade por Ações e, conforme ato registrado na JUCESP, assumiu a denominação de Fedrigoni Brasil Papéis S.A. Em decorrência desta alteração, nesta mesma data a Companhia registrou também seu estatuto social, o qual passou a reger as atividades da Companhia desde então, instalando o Conselho de Administração e nomeando os demais administradores para um período de três anos, conforme previsão estatutária.

Em razão da alteração acima, o capital social da Companhia, representado por 3.628.931.009 (três bilhões, seiscentos e vinte e oito milhões, novecentos e trinta e uma mil e nove) quotas sociais, no valor nominal de R\$0,10 (dez centavos) foi convertido em 3.628.931.009 (três bilhões, seiscentos e vinte e oito milhões, novecentos e trinta e uma mil e nove) ações sem valor nominal, com preço inicial de emissão de R\$0,10 (dez centavos) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pela, agora acionista, GBRBR Holding S.A.

1.1. Operação descontinuada

Operação descontinuada é um componente de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos, que representa uma importante linha separada de negócios e é parte integrante de um plano coordenado e aprovado pela Administração para venda. A classificação de uma operação como descontinuada é atingida mediante a sua alienação, ou no momento que os ativos e passivos relacionados forem designados como mantido para venda, o que ocorrer antes.

Na classificação de uma operação como descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas para evidenciar os resultados das operações continuadas separadamente da operação descontinuada desde o início do período comparativo.

O resultado da operação descontinuada é evidenciado em montante único na demonstração do resultado, líquido do imposto de renda e contribuição social.

	<u>31/12/2020</u>
Operações descontinuadas	
Receita operacional líquida	190.561
Custo dos produtos vendidos	<u>(143.081)</u>
Lucro bruto	47.480
Despesas operacionais	
Despesas comerciais	(6.259)
Despesas gerais e administrativas	(9.341)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(6.663)</u>
Lucro antes do resultado financeiro	<u>25.217</u>
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	1.869
Despesas financeiras	(363)
Varição cambial, líquida	<u>751</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>27.474</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	10.360
Lucro líquido do exercício	<u><u>37.834</u></u>

1.2. Reapresentação de cifras

Em 2021, foram identificadas reclassificações referentes a saldos de exercícios anteriores, os quais são detalhados por natureza a seguir:

a) Outros ativos e imobilizado

Durante o 3º trimestre de 2021, a Companhia revisitou seus controles internos de conciliação de adiantamentos a fornecedores e verificou que o montante de R\$9.299 registrado no ativo circulante durante o exercício de 2020 à rubrica de “Outros ativos”, tratava-se de recurso destinado à aquisição de maquinário para a linha de produção de “bank notes” e, por isso, reclassificou tal montante à rubrica de “Imobilizado”, no ativo não circulante, para apropriada apresentação contábil.

A Administração atual revisou a necessidade de aquisição de tal maquinário e encontra-se em discussão com o fornecedor.

b) Empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar

Durante o 2º trimestre de 2021, a administração da Companhia realizou registros contábeis decorrentes de contrato firmado em 15 de maio de 2020 entre a RGF & Associados Reestruturação e Gestão Ltda. (“RGF”) e GRT Partners Capital e Participações Ltda (“GRT”), decorrente de assessoria financeira durante o processo de M&A, que possibilitou a aquisição da Fedrigoni do Brasil Papéis Ltda. Esse serviço prestado, está diretamente relacionado à captação do CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio conforme descrito na Nota 14. Como resultado foi reconhecido um contas a pagar referente a esse contrato no montante de R\$9.700 o qual foi registrado na rubrica de “Outras contas a pagar” sendo como contrapartida a rubrica de “Empréstimos e financiamentos”. Conseqüentemente, a Companhia fez o recálculo da taxa efetiva de juros incidentes sobre a transação, que alteram o valor da dívida no curto e no longo prazo e apurou reclassificação devida entre passivo circulante e passivo não circulante para a rubrica de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.326.

Como resultado a Companhia preparou a reapresentação de forma retrospectiva das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”.

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajustes (a)</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	14.001	-	14.001
Contas a receber	51.413	-	51.413
Estoques	35.695	-	35.695
Impostos a recuperar	17.730	-	17.730
Outros ativos	17.211	(9.299)	7.912
	<u>136.050</u>	<u>(9.299)</u>	<u>126.751</u>

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajustes (a)</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Não circulante			
Impostos a recuperar	36.073	-	36.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.516	-	3.516
Depósitos judiciais	1.204	-	1.204
Partes relacionadas	57.221	-	57.221
Imobilizado	125.600	9.299	134.899
Intangível	7.545	-	7.545
Total do ativo não circulante	<u>231.159</u>	<u>9.299</u>	<u>240.458</u>
Total do ativo	<u>367.209</u>	<u>-</u>	<u>367.209</u>
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajustes (b)</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	23.242	-	23.242
Salários e encargos sociais	7.342	-	7.342
Impostos, taxas e contribuições	2.759	-	2.759
Empréstimos e financiamentos	13.586	(11.026)	2.560
Comissões a pagar	4.976	-	4.976
Adiantamento de clientes	693	-	693
Outras contas a pagar	9.048	9.700	18.748
	<u>61.646</u>	<u>(1.326)</u>	<u>60.320</u>
<u>Não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	84.264	1.326	85.590
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	14.793	-	14.793
Outras contas a pagar	30.099	-	30.099
	<u>129.156</u>	<u>1.326</u>	<u>130.482</u>
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	362.893	-	362.893
Prejuízo acumulados	(186.486)	-	(186.486)
	<u>176.407</u>	<u>-</u>	<u>176.407</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>367.209</u>	<u>-</u>	<u>367.209</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajustes (a)</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Outros ativos	(1.820)	9.299	7.479
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(11.521)	9.299	(2.222)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	(8.393)	(9.299)	(17.692)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	100.066	(9.299)	90.767

A respectiva reapresentação de cifras não teve efeito no resultado, resultado abrangente e patrimônio líquido.

1.3. Efeitos da pandemia pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A Companhia adotou medidas sanitárias preventivas, visando resguardar a saúde de seus colaboradores, como o uso de máscaras faciais, instalação de totens de álcool em gel e demais medidas que atendam às orientações da OMS.

Nos exercícios de 2021 e 2020, as restrições para contenção do vírus da COVID-19 não causaram grandes impactos nas operações da Companhia ou em sua cadeia de suprimentos.

Adicionalmente, no mesmo período acima, a Administração da Companhia revisou os impactos da COVID-19 sobre os riscos inerentes aos seus instrumentos financeiros e estimativas e não visualizou nenhum impacto significativo.

Com base nos comunicados veiculados pelas autoridades de saúde, nacionais e internacionais, sobre o controle da pandemia e redução gradual das restrições de controle do vírus, a expectativa da Administração é que a operação continue em crescimento e não haja impactos negativos ao longo de 2022.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela administração da Companhia em 27 de outubro de 2022.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras é o real, por refletir mais adequadamente o seu ambiente econômico de atuação. A moeda de apresentação também é o real - R\$. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio para a moeda funcional vigentes na data de cada transação. Nas datas dos balanços, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas então vigentes, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrem. Os itens não monetários adquiridos em moeda estrangeira têm seu custo histórico convertido para reais pela taxa de câmbio vigente na data da aquisição.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de alta liquidez e com risco insignificante de mudança do valor contábil.

2.5. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas com créditos esperadas. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável estimado.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo anualmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento.

2.6. Estoques

Mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para efetuar a venda.

2.7. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição, formação, construção, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e edificações compreendem a fábrica. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, nas datas dos balanços.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8. Intangível - software

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são contabilizados de acordo com o regime de competência. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais (também para fins de contribuição social) e sobre diferenças temporárias entre o saldo de ativos e passivos e sua base fiscal, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. As obrigações correntes são calculadas com base no resultado contábil ajustado por adições e exclusões previstas na legislação tributária.

No caso de impostos diferidos, o correspondente benefício é registrado na extensão em que for provável a geração de lucro tributável futuro, com base em projeções elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.14. Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após a entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.15. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16. Outras receitas e despesas

As outras receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando esta for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia são classificados e mensurados como custo amortizado, de acordo com a aplicabilidade a seguir:

- Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Quando os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado e compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.18. Normas e interpretação novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS revisadas, já emitidas e ainda não vigentes, a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 16	Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Ciclo 2018-2020 de melhorias às normas IFRS	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura	01/01/2022

A Administração, neste momento, não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras em períodos futuros.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Adicionalmente, com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

Perdas com crédito esperadas

Para determinar a recuperação das contas a receber, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente desde a data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período.

Perdas com estoques obsoletos

A Companhia faz estimativa para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques. A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base nos produtos acabados que não tiveram movimentação de vendas nos últimos 360 dias.

Redução ao valor recuperável de ativos

À medida que surjam indícios de perda de valores em intervalos menores, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que eles sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual ele pertence.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo pelos quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. Quando aplicável, a reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Realização de créditos fiscais e impostos diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários levam em consideração premissas financeiras e de negócios para avaliação da necessidade de provisão para perda na realização desses ativos.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a disputa e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	5.876	12.892
Numerários em trânsito (a)	-	1.109
	<u>5.876</u>	<u>14.001</u>

(a) Referem-se a recebimentos de clientes no exterior que se encontram disponíveis para fechamento de câmbio.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de reserva – CDCA (a)	7.018	-
	<u>7.018</u>	<u>-</u>

(a) Fundo constituído conforme determina a cláusula 4.3.3 do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio-CDCA, composto pelo valor equivalente as 3 próximas parcelas do pagamento do valor nominal atualizado anualmente pelo IPCA, somado à remuneração prevista no CDCA, a título de “saldo mínimo” a ser mantido durante todo o período de vigência deste CDCA, como garantia mencionada na letra “g” do item “garantias” da nota explicativa 14. Ao final da vigência do CDCA, com a quitação integral das obrigações garantidas, os valores retidos neste fundo, líquidos de tributos, serão restituídos à Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de clientes no país	11.491	11.059
Contas a receber de clientes no país em moeda estrangeira (a)	17.974	26.618
	<u>29.465</u>	<u>37.677</u>
Contas a receber de clientes no exterior	17.237	15.083
Contas a receber de clientes no exterior em Reais (b)	2.703	-
	<u>19.940</u>	<u>15.083</u>
Contas a receber no país e no exterior	49.405	52.760
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(1.380)	(1.347)
	<u>48.025</u>	<u>51.413</u>

(a) Valor relativo a contratos com a Casa da Moeda do Brasil-CMB (cliente no país), negociados em dólar norte americano (US\$).

(b) Valor relativo a contrato com a Casa del Moneda de Argentina-CMA (cliente no exterior), negociado em reais (R\$).

A análise de contas a receber por vencimento é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	40.367	49.850
Vencidas:		
Entre 1 e 90 dias	7.565	1.574
Entre 91 e 180 dias	101	2
Há mais de 180 dias	<u>1.372</u>	<u>1.334</u>
	<u>49.405</u>	<u>52.760</u>

A movimentação da estimativa para perdas com crédito esperada é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	1.347	6.210
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	139	1.115
Valores baixados no exercício como incobráveis	<u>(106)</u>	<u>(5.978)</u>
	<u>1.380</u>	<u>1.347</u>

7. ESTOQUES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Matéria-prima	22.853	17.242
Produtos em elaboração	7.528	5.294
Produtos acabados	25.141	15.143
Mercadorias para revenda	315	915
Materiais diversos	470	674
Importações em andamento	15.307	3.167
Materiais auxiliares	2.935	2.510
Estoque em poder de terceiros	5.842	1.552
Provisão para estoques obsoletos	<u>(5.851)</u>	<u>(10.802)</u>
	<u>74.540</u>	<u>35.695</u>

A movimentação da provisão para estoques obsoletos é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	10.802	5.154
Adições	1.523	13.740
Reversões	<u>(6.474)</u>	<u>(8.092)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>5.851</u>	<u>10.802</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.248	45.544
(-) Provisão para perda de ICMS	<u>(9.278)</u>	<u>(9.278)</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, líquido (a)	<u>39.970</u>	<u>36.266</u>
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32.915	7.255
ICMS sobre ativo imobilizado	1.140	2.084
IR e CSLL retidos na fonte	1.458	4.370
Outros	<u>3.273</u>	<u>3.828</u>
	<u>78.756</u>	<u>53.803</u>
Circulante	18.528	17.730
Não circulante	60.228	36.073

(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia possui um valor relevante de créditos acumulados em exercícios anteriores, substancialmente originados de operações de importação de matérias-primas com recolhimento de ICMS a alíquota de 18% para transformação, e posterior comercialização no mercado externo (sem tributação) ou mercado interno que, em determinadas circunstâncias, a alíquota é reduzida para 4%.

Em março de 2013, a Companhia obteve das autoridades tributárias, regime especial de ICMS para diferimento dos débitos gerados nas importações de matérias-primas, com vigência até setembro de 2016. Em julho de 2016, foi protocolado o pedido de prorrogação do referido regime especial que continuou a ser usado até setembro de 2019, quando a Companhia mudou seu processo de compras dessas matérias primas, deixando de utilizar o benefício do regime especial e de acumular novos créditos de ICMS.

Com o objetivo de monetizar o referido crédito de ICMS, em dezembro de 2018, a Companhia, em conjunto com seus consultores tributários contratados para esse fim, protocolou pedido de liberação de crédito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ, conforme previsto na Portaria CAT 83/2009, que estabelece sistemática para apuração do crédito acumulado gerado do ICMS, aplicável às operações e prestações geradoras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia ainda está aguardando a autorização da SEFAZ para que possa dar a destinação adequada a este saldo.

Adicionalmente, a Companhia continua atuando em conjunto com assessores tributários, no intermédio junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para dar maior celeridade aos pedidos acima citados e auxiliar na homologação desses créditos com objetivo de obter a autorização para vender esses créditos a terceiros e utilizar para compra de matérias-primas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua melhor estimativa, possui o saldo de R\$9.278, referente a estimativa de perda com deságio em caso de venda desses créditos.

(b) Exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS

Em setembro de 2019, a Companhia obteve decisão definitiva favorável, transitada em julgado em ação judicial, ajuizada em 2015, que discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir de 2010, referente à operação da Companhia. Tendo em vista que a decisão proferida apresentou caráter genérico, não tendo fixado a modulação do crédito tributário a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, naquele momento optou por aplicar as determinações suscitadas na Solução de Consulta COSIT nº 13/18 e Instrução Normativa (IN) nº 1.911/19, onde está estabelecido que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS pelo contribuinte é aquele recolhido no período compreendido na ação judicial. Considerando que a Companhia não apurou ICMS a recolher no aludido período, mas apenas saldo credor, não houve reconhecimento de nenhum crédito originário deste processo nos exercícios de 2019 e 2020, tampouco a Companhia deixou de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, mesmo com o trânsito em julgado da ação.

Considerando a decisão final sobre o tema, proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF em maio de 2021, determinando que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o valor destacado em nota fiscal, a Administração contratou os serviços de uma assessoria para apurar o valor dos créditos a serem considerados e realizou a escrituração fiscal e contábil dos valores apurados ao longo de 2021, aplicando as determinações da Solução de Consulta COSIT número 183, de 7 de dezembro de 2021, em relação aos efeitos tributários decorrentes do reconhecimento de tais créditos. Com isso, foram registrados em 2021 os montantes de R\$21.208 de principal em contrapartida a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e R\$955 de juros, em contrapartida a rubrica “Receitas Financeiras”.

Considerando ainda a decisão do STF, citada acima, a Companhia levantou créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período de outubro de 2019 a julho de 2021, no montante de R\$6.370 (R\$5.092 de crédito acumulado até 31 de dezembro de 2020), que não estavam inclusos na ação judicial acima. Os créditos acumulados até 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, como créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS recolhidos a maior e o montante de R\$ 1.278 referentes ao período de 2021 foram reconhecidos na rubrica de “Impostos sobre as vendas”.

Referente aos créditos reconhecidos de PIS e COFINS sobre o ICMS na base, a Companhia registrou no ativo circulante o montante de R\$ 4.421 e o montante de R\$24.112, classificado no ativo não circulante para compensação em períodos posteriores ao exercício de 2022. A Administração acompanha mensalmente estes saldos e realiza eventuais ajustes quando necessário.

9. OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos a fornecedores	1.742	2.463
Despesas antecipadas	2.136	3.545
Outros créditos	1.263	1.904
	<u>5.141</u>	<u>7.912</u>

10. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e instalações 4% a.a.	Máquinas e equipamentos 13% a.a.	Móveis e utensílios 30% a.a.	Equipamentos de informática 22% a.a.	Outros 13% a.a.	Adiantamento a fornecedores de imobilizado (b)	Imobilizado em andamento (a)	Total
Taxa de depreciação média									
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2020	13.570	66.700	334.414	3.414	6.742	9.878	8.870	1.566	445.154
Aquisições	-	223	1.039	-	8	-	9.997	6.422	17.689
Baixas	-	(4)	(779)	(32)	(29)	(834)	(43)	-	(1.721)
Trespasse	(4.970)	(15.107)	(35.727)	(497)	(807)	(6.517)	-	(867)	(64.492)
Transferências e reclassificações	409	11.495	(14.681)	327	(409)	2.558	(29)	(3.005)	(3.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.009	63.307	284.266	3.212	5.505	5.085	18.795	4.116	393.295
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	(30.195)	(220.275)	(2.759)	(4.785)	(4.508)	-	-	(262.522)
Depreciação do período em curso	-	(2.674)	(21.324)	(131)	(253)	(216)	-	-	(24.598)
Baixas	-	4	778	32	29	797	-	-	1.640
Trespasse	-	4.892	16.747	317	589	2.474	-	-	25.019
Transferências	-	(11.089)	17.802	(328)	(829)	(3.491)	-	-	2.065
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(39.062)	(206.272)	(2.869)	(5.249)	(4.944)	-	-	(258.396)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	9.009	24.245	77.994	343	256	141	18.795	4.116	134.899
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2021	9.009	63.307	284.266	3.212	5.505	5.085	18.795	4.116	393.295
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	6.230	6.230
Baixas	-	(28)	(678)	(63)	(140)	(93)	(8.798)	(2)	(9.802)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(1.208)	1.208	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.009	63.279	283.588	3.149	5.365	4.992	8.789	11.552	389.723
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	(39.062)	(206.272)	(2.869)	(5.249)	(4.944)	-	-	(258.396)
Depreciação do período em curso	-	(2.787)	(10.672)	(95)	(51)	(14)	-	-	(13.619)
Baixas	-	27	663	64	145	93	-	-	992
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(41.822)	(216.281)	(2.900)	(5.155)	(4.865)	-	-	(271.023)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	9.009	21.457	67.307	249	210	127	8.789	11.552	118.700

- (a) O montante de imobilizado em andamento se refere substancialmente à: i) Aquisições de máquinas e equipamentos para automação do processo produtivo de papel fiduciário, no montante de R\$1.747; ii) Troca da caldeira a óleo pela caldeira a gás e respectivas instalações, no montante de R\$2.843, ambos definitivamente ativados no primeiro semestre de 2022 e, iii) Custos para adequações às normas de segurança do trabalho em equipamentos de mistura da massa do papel, no montante de R\$3.065 e iv) obras de infraestrutura, reforma e benfeitorias em imóveis, no montante de R\$3.896, ambos com previsão de imobilização definitiva ao longo do exercício de 2022.
- (b) Durante o exercício de 2021, a Companhia revisitou a viabilidade de retomar projeto de maquinário de produção, em que existia saldo de adiantamentos a fornecedor estrangeiro efetuado em anos anteriores na gestão da Administração anterior. Após a revisão da viabilidade desse projeto, a Administração atual decidiu proceder com a devida baixa dos saldos mantidos como adiantamentos a fornecedores, no montante de R\$ 8.798, por entender que não era viável na estratégia da gestão atual a retomada do antigo projeto. Também em 2021, a Companhia revisitou seus controles e efetuou a reapresentação de adiantamento a fornecedores de imobilizado, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

11. PARTES RELACIONADAS

Tendo em vista que a Companhia foi adquirida pela GBRBR Holding S.A. em 28 de outubro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 1, e não faz mais parte do Grupo Fedrigoni, as Companhias Fedrigoni S.p.A. (Itália), Arconvert S.p.A. (Itália) e Arconvert S.A. (Espanha) não são mais partes relacionadas desde outubro de 2020.

Saldos de balanço patrimonial:

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo não circulante:		
Mútuo com a GBRBR Holding S. A (i)	73.948	57.221
Movimentação do mútuo:		
Saldo no início do exercício	57.221	-
Concessões no exercício	10.306	57.184
Juros incorridos	6.421	37
Saldo no final do exercício	<u>73.948</u>	<u>57.221</u>
<u>Passivo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante:		
Mútuo com a Fedrigoni Itália (ii)	-	-
Movimentação do mútuo:		
Pagamentos	-	(173.723)
Variação cambial	-	47.914
Juros incorridos	-	3.176
Saldo no final do período	<u>-</u>	<u>-</u>

As transações de vendas e compras demonstradas abaixo, foram realizadas no exercício de 2020, antes da operação de venda da Companhia:

	<u>31/12/2020</u>
Venda de produtos:	
Fedrigoni S.p.A. – Itália	1.048
Arconvert S.p.A. – Itália	441
Arconvert S.A. – Espanha	698
Total	<u>2.187</u>
Compra de matérias-primas e produtos para revenda:	
Fedrigoni S.p.A. – Itália	6.172
Arconvert S.p.A. – Itália	241
Total	<u>6.413</u>

<u>Resultado financeiro</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas financeiras (ii)	-	(3.176)
Receitas financeiras (i)	<u>6.421</u>	<u>37</u>
	<u>6.421</u>	<u>(3.139)</u>

- (i) Refere-se a contrato de mútuo ativo com a GBRBR Holding S.A. realizado no dia 8 de dezembro de 2020 para necessidades de capital de giro, com vencimento em até 10 anos e juros remuneratórios de 1% a.a., adicionado do imposto sobre operações financeiras que é de responsabilidade da mutuária conforme contrato.

Adicionalmente, em abril, setembro, outubro e novembro de 2021 foram realizados outros contratos de mútuo com a GBRBR Holding S.A., num total de R\$10.306, para liquidação de dívida relacionada ao processo de M&A, incorrida por ocasião da aquisição da Companhia. Os vencimentos dos novos contratos são de até 10 anos, com juros remuneratórios de 1% a.a., correção anual pelo IPCA ou outro índice que o substitua, acrescido do imposto sobre operações financeiras-IOF, que é de responsabilidade da mutuária.

Não haverá nenhuma cobrança do montante dos contratos no curto prazo e, por esta razão, ambos foram classificados no longo prazo.

A intenção da administração é realizar os mútuos com base no recebimento de dividendos gerados pela própria Companhia, e caso os dividendos não sejam suficientes para liquidar os contratos dentro dos prazos de vencimento, conforme a previsão contratual, o montante, ou o saldo remanescente, será reduzido do capital social.

- (ii) Refere-se a contratos de mútuo com a Fedrigoni S.p.A., para suprimento de necessidades de caixa. Os referidos contratos preveem taxas de juros de 2,5% a 3,5% ao ano mais “London Interbank Offered Rate-LIBOR” semestral e foram liquidados em outubro de 2020.

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração paga, ou a pagar, pelos serviços desses profissionais, incluindo os encargos trabalhistas, foi de R\$5.199 (R\$4.788 em 31 de dezembro de 2020), distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
C.L.T. (Salários, encargos e benefícios)	1.754	2.319
Autônomos	293	-
Pessoa jurídica	<u>3.152</u>	<u>2.469</u>
	<u>5.199</u>	<u>4.788</u>

12. INTANGÍVEL

	Software	Direito de propriedade comercial (a)	Marcas (b)	Desenvolvimento de produto	Total
Taxa de depreciação média	20% a.a.	7% a.a.	7% a.a.		
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.694	26.745	9.010	230	39.679
Aquisições	3	-	-	-	3
Trespasse	(1.997)	-	(2)	(230)	(2.229)
Transferências	3.013	-	259	-	3.272
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2020	<u>4.713</u>	<u>26.745</u>	<u>9.267</u>	<u>-</u>	<u>40.725</u>
Amortização					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(3.522)	(20.824)	(2.754)	-	(27.100)
Amortização	(936)	(4.180)	(600)	-	(5.716)
Baixas	2	-	1	-	3
Trespasse	1.558	-	1	-	1.559
Transferências	(1.565)	-	(361)	-	(1.926)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2020	<u>(4.463)</u>	<u>(25.004)</u>	<u>(3.713)</u>	<u>-</u>	<u>(33.180)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>250</u>	<u>1.741</u>	<u>5.554</u>	<u>-</u>	<u>7.545</u>
Custo					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	4.713	26.745	9.267	-	40.725
Baixas	(59)	-	-	-	(59)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021	<u>4.654</u>	<u>26.745</u>	<u>9.267</u>	<u>-</u>	<u>40.666</u>
Amortização					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(4.463)	(25.004)	(3.713)	-	(33.180)
Amortização	(68)	(1.741)	(601)	-	(2.410)
Baixas	59	-	-	-	59
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021	<u>(4.472)</u>	<u>(26.745)</u>	<u>(4.314)</u>	<u>-</u>	<u>(35.531)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>182</u>	<u>-</u>	<u>4.953</u>	<u>-</u>	<u>5.135</u>

(a) O direito de propriedade comercial corresponde ao valor justo (mais valia) dos contratos de aquisição de energia elétrica e de celulose, provenientes de avaliação realizada no ano de 2015, por conta da combinação de negócios relativa à aquisição da Arjo Wiggins Ltda.

(b) Corresponde ao valor justo (mais valia) da marca de papéis Color Plus, provenientes de avaliação realizada no ano de 2015, por conta da combinação de negócios relativa à aquisição da Arjo Wiggins Ltda.

13. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores no país	24.183	17.998
Fornecedores no país em moeda estrangeira	-	195
Fornecedores no exterior	25.985	5.049
	<u>50.168</u>	<u>23.242</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo apresentado nesta rubrica refere-se a um recurso captado por meio do CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio no montante de R\$116.500 para a Abertura do CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, junto à Virgo Companhia de Securitização.

O contrato CDCA foi assinado em 28 de outubro de 2020, e o recurso disponibilizado para a Companhia em 07 de dezembro de 2020.

Natureza	Encargos incidentes	31/12/2021	31/12/2020
			Reapresentado Nota 1.2
Em moeda nacional			
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA	8% a.a. + IPCA	119.362	117.106
Custos de transação		(23.475)	(28.956)
		95.887	88.150
Circulante		12.009	2.560
Não circulante		83.878	85.590

O referido contrato prevê taxa de juros de 8% ao ano mais atualização monetária pela variação acumulada do IPCA.

Os custos da transação serão amortizados pelo prazo do contrato conforme preconizado pelo CPC 08 - “Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários”.

(i) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2021
2022	12.009
2023	15.344
2024	28.905
2025	39.629
	95.887

(ii) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
No início do período	88.150	-
Captações do período	-	87.544
Pagamentos de principal	(10.156)	-
Pagamentos de juros	(9.100)	-
Juros e amortização de custos de empréstimos	26.993	606
No final do exercício	95.887	88.150
Circulante	12.009	2.560
Não circulante	83.878	85.590

Acordo e restrições contratuais (“Covenants”)

De forma geral, a Companhia está sujeita a restrições contratuais em relação à Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio-CDCA junto à Virgo Companhia de Securitização.

As principais restrições previstas nesses contratos, vigentes em 31 de dezembro de 2021 são:

- (a) Rescisão, sem substituição, do contrato vigente de compra e venda de celulose.
- (b) Concessão de mútuos a sócios da emitente ou outras Companhias que não sejam suas controladas ou Companhias operacionais com controle compartilhado com a emitente, exceto se previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela credora conforme orientação extraída de assembleia geral de titulares dos CRA.
- (c) Contratação de outros empréstimos e financiamentos de valor superior a R\$20 milhões, sem a anuência dos titulares de CRA-Certificado de Recebíveis do Agronegócio.

A Companhia deve manter, durante a vigência dos contratos, alguns indicadores operacionais e financeiros em conformidade com os limites abaixo:

- (a) Dívida líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,75x para as verificações ocorridas em 2021, menor ou igual a 2,5x para as ocorridas em 2022, menor ou igual a 1,75x para as ocorridas em 2023 e menor ou igual a 1,5x para as ocorridas de 2024 em diante considerando, para o EBITDA, o valor acumulado dos últimos doze meses.
- (b) EBITDA/despesas financeiras: igual ou maior que 2,0x. Para o cálculo acima, deverão ser considerados os valores acumulados dos últimos 12 meses.
- (c) Ativo Corrente/passivo corrente mínimo: 1,3x.
- (d) Margem EBITDA mínima: 11,5% para as verificações ocorridas em 2021, 13,0% para as ocorridas em 2022, 14,5% para as ocorridas em 2023 e 15,0% para as ocorridas de 2024 em diante, considerando o valor acumulado dos últimos doze meses.
- (e) Serviço de Cobertura da Dívida: igual ou maior que 1,3x, considerando o valor acumulado dos últimos 12 meses.

O EBITDA utilizado como base para cálculo das cláusulas de cumprimento dos “covenants” é ajustado e exclui transações não recorrentes e não operacionais. As despesas financeiras não consideram a variação cambial e a amortização dos custos incorridos na captação do CDCA. Estas premissas consideradas no cálculo estão de acordo com autorização do gestor da dívida.

Os indicadores acima são apurados trimestralmente, em março, junho, setembro e dezembro de cada ano, durante todo o período de vigência do CDCA, e são submetidos à verificação da securitizadora.

Todos os indicadores financeiros foram cumpridos em 31 de dezembro de 2021.

Garantias:

- (a) A Companhia tem como avalista da dívida a GBRBR Holding S.A.;
- (b) Penhor legal constituído nos termos do artigo 32 da Lei 11.076;
- (c) Alienação fiduciária da totalidade das quotas representativas do capital social;

- (d) Alienação fiduciária do imóvel;
- (e) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- (f) Cessão fiduciária de recebíveis comerciais: A partir de 1º de janeiro de 2021 até o vencimento do CDCA, a Companhia precisa manter recebíveis em conta vinculada de no mínimo, o maior entre 90% do faturamento líquido mensal e R\$10 milhões;
- (g) Constituição de fundo reserva do CRA com montante equivalente as 3 próximas parcelas de principal.
- (h) Cessão fiduciária de Direitos creditórios Decorrentes de “Cash Sweep”.

Assembleia de credores

19 de maio de 2021

Em 19 de maio de 2021 realizou-se uma Assembleia Geral, da qual participaram 52,22% dos titulares de CRA (“Titulares dos CRA”), representantes legais da ISEC Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), representantes legais da Vórtx Distrib. Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Agente Fiduciário”) e representantes legais da Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. (“Devedora”). Nessa reunião, os titulares dos CRA em circulação tomaram conhecimento acerca de:

- (i) o status de registro do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças (“Alienação Fiduciária de Imóveis”), relacionados aos Imóveis garantias, objetos das matrículas de nº 12.138, nº 8.725 e nº 453, (“Imóveis”) junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salto/ SP;
- (ii) a não apresentação, pela Devedora, do arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, dos Atos de Aprovação, conforme previsto no CDCA e no Termo de Securitização, quais sejam: (1) ARS da Devedora realizada em 28 de outubro de 2020; (2) Re-ratificação da Reunião de Sócios da Devedora realizada em 25 de novembro de 2020 e (3) Alteração do Contrato Social da Devedora; e
- (iii) a não apresentação, até esta data, das demonstrações financeiras auditadas da Devedora referente ao exercício encerrado em 31/12/2020.

Em razão do pedido apresentado pela Devedora à Securitizadora em 19 de abril de 2021, bem como pelo exposto acima, nessa mesma reunião, os titulares dos CRA em circulação deliberaram sobre:

- (i) Concessão de um prazo de mais 120 (cento e vinte) dias, contados da realização da Assembleia, para conclusão do registro da Alienação Fiduciária de Imóveis supracitada;
- (ii) Concessão de prazo adicional de 60 (sessenta) dias a contar da realização desta assembleia, para que a Devedora apresente os referidos documentos devidamente arquivados na JUCESP;
- (iii) Concessão de mais 30 (trinta) dias contados de 30 de abril de 2021, para que a Devedora apresente a Emissora e ao Agente Fiduciário as informações financeiras pendentes de apresentação, para que seja verificado o atendimento dos Índices Financeiros na forma prevista no CDCA; e
- (iv) Autorização ao Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementação das deliberações acima.

08 de julho de 2021

Em 08 de julho de 2021 realizou-se uma Assembleia Geral, da qual participaram 52,91% dos titulares de CRA ("Titulares dos CRA"), representantes legais da Virgo Companhia de Securitização, atual denominação social de ISEC Securitizadora S.A., ("Emissora" ou "Securitizadora"), representantes legais da Vórtx Distrib. Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e representantes legais da Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. ("Devedora"). Nessa reunião, os titulares dos CRA deliberaram sobre:

- a) Aprovação da dilação do prazo para entrega das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado 31 de dezembro de 2020 devidamente auditadas por auditor independente para o prazo de 10 de julho de 2021;
- b) Não decretação do Vencimento Antecipado do CDCA e conseqüentemente dos CRA, conforme previsto no CDCA, em razão da realização de mútuo inter companies em 08 de dezembro de 2020 na importância de R\$ 57.200;
- c) Não autorizar a Devedora a realizar mútuo no valor de R\$ 6.000 à sua controladora, durante o ano de 2021, suspendendo assim os efeitos de Vencimento Antecipado do CDCA e conseqüentemente dos CRA, na forma prevista do CDCA e,
- d) Autorização ao Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima.

28 de outubro de 2021

Em 28 de outubro de 2021 realizou-se uma Assembleia Geral da qual participaram 20,79% de titulares de CRA ("Titulares dos CRA"), representantes legais da Virgo Companhia de Securitização, atual denominação social de ISEC Securitizadora S.A., ("Emissora" ou "Securitizadora"), representantes legais da Vórtx Distrib. Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e representantes legais da Fedrigoni Brasil Papéis S.A. ("Devedora"). Nessa reunião, os titulares dos CRA deliberaram:

- a) Não decretação do Vencimento Antecipado do CDCA e conseqüentemente dos CRA, em razão do descumprimento do prazo estabelecido em deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de maio de 2021 para conclusão do registro do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Imóveis"), relacionado ao Imóvel Garantia objeto da matrícula de nº 453, ("Imóvel") junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salto/ SP.
- b) Aprovação da concessão de prazo adicional de 120 (cento e vinte) dias, contados da realização desta data, para conclusão do registro da Alienação Fiduciária do Imóvel supracitado, ou seja, até o prazo limite de 25 de fevereiro de 2022;
- c) Autorização do Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementação das deliberações acima.

Após 31 de dezembro até a emissão das respectivas demonstrações financeiras, foi realizada outra assembleia de credores, divulgada como eventos subseqüentes, conforme nota explicativa nº 27.

Alienação fiduciária do imóvel em garantia

Por força da lei imobiliária o processo de atualização da matrícula 453 registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salto/SP tornou-se complexo e moroso e a Companhia não cumpriu o prazo inicial de 180 dias para registro da alienação fiduciária do imóvel e por meio de assembleia de credores dos CRA, realizada em 19 de maio de 2021, a Companhia obteve mais 120 dias de prazo.

Embora tenha envidado seus melhores esforços, ainda em razão da complexidade do processo, a Companhia não logrou êxito em atualizar a matrícula e registrar a alienação fiduciária do imóvel dentro do novo prazo, bem como do prazo adicional de mais 120 dias, concedido por meio de assembleia de credores dos CRA, realizada em 28 de outubro de 2021. A Companhia obteve novo prazo adicional para o registro da alienação fiduciária, conforme divulgado na nota explicativa nº 27.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, respectivamente, às alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R\$240 a.a., e 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.380	1.346
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	6.047	14.967
Provisão para bônus e benefícios de empregados	2.495	2.600
Provisão para perdas com estoques	5.851	10.802
Provisão para comissões a representantes	3.015	4.976
Provisão para perdas com fornecedor de imobilizado	7.835	7.835
Provisão de comissionamento a terceiros (nota explicativa 18 a)	31.421	30.099
Provisão de obrigações contratuais com terceiro (nota explicativa 18 c)	11.341	-
Provisão com success fee (nota explicativa 18 e)	5.296	1.385
Outras provisões	4.627	21.643
Prejuízo fiscal acumulado	<u>121.797</u>	<u>130.929</u>
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos	201.135	226.582
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo	<u>68.386</u>	<u>77.038</u>
(-) Provisão para não realização de imposto de renda e da contribuição social diferidos (i)	(67.111)	(61.356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	631	15.682

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Amortização de mais valias (ii)	(1.857)	(35.781)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos	<u>(1.857)</u>	<u>(35.781)</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(631)	(12.166)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	<u>-</u>	<u>3.516</u>

- (i) Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados e por diferenças temporariamente não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Em 2021, a Companhia reaccessou à análise sobre os efeitos de impostos diferidos e concluiu sobre a necessidade de constituição de provisão para a não realização de imposto diferido ativo, referente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias.
- (ii) A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referentes as mais-valias de imobilizado e intangível gerado em combinação de negócios em anos anteriores. Tais mais valias passaram a ser dedutíveis para fins fiscais a partir de janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de imposto de renda e contribuição social passivos referem-se ao efeito fiscal sobre o saldo remanescente das mais valias, em que o período da depreciação e amortização contábil, supera o período fiscal amortizado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados de R\$121.797. Os prejuízos fiscais poderão ser utilizados, de acordo com a legislação fiscal vigente, para a compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo de prescrição, porém limitados a 30% do lucro tributável em cada ano.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.154	(45.678)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito (despesa) com imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(5.832)	15.531
Diferenças permanentes	(1.380)	2.337
Efeitos de perdas ao valor recuperável com IRPJ e CSLL diferidos, líquido	(3.516)	(273)
Outros	-	(2.064)
Crédito (despesa) com imposto de renda e contribuição social	<u>(10.737)</u>	<u>13.194</u>
Corrente	(7.221)	2.981
Diferido	(3.516)	10.213

16. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados à provisão para riscos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributários	509	509
Trabalhistas e cíveis (a)	5.395	5.982
Trabalhistas provenientes de combinação de negócios (c)	358	8.302
	<u>6.262</u>	<u>14.793</u>

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários no exercício de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	14.793	17.073
Adições e provisões	370	-
Atualizações	926	505
Reversões	(9.827)	(2.785)
Saldo no fim do exercício	<u>6.262</u>	<u>14.793</u>

Depósitos judiciais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributários (b)	280	281
Trabalhistas e cíveis (b)	753	923
	<u>1.033</u>	<u>1.204</u>

Movimentação dos depósitos judiciais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	1.204	10.651
Depósitos efetuados no exercício	270	155
Atualização monetária	-	390
Baixas efetuadas no exercício	(441)	(9.992)
Saldo no fim do exercício	<u>1.033</u>	<u>1.204</u>

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas e cíveis

A Companhia está envolvida em processos judiciais trabalhistas movidos por ex-empregados, relacionados, principalmente, com pedidos de pagamentos de horas extras, verbas rescisórias e diferenças de verbas salariais, entre outros. Os processos cíveis não são relevantes em relação ao montante total.

(b) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui depósitos judiciais recursais no montante de R\$1.033 (R\$1.204 em dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia procedeu com a baixa do montante de R\$8.303 em aberto referente a depósitos judiciais relacionados às contingências incluídas no programa de parcelamento de débitos instituído pela Receita Federal do Brasil pela Lei nº 11.941/09, para os quais a Companhia solicitou o ressarcimento com o intuito principal de efetuar o pagamento das parcelas remanescentes do programa de parcelamento de débitos instituído pela Receita Federal do Brasil.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos, devido ao processo do REFIS ter sido transitado em julgado e a decisão judicial ter sido contra a Companhia, foi constituída uma provisão de perda no montante de R\$8.303 em dezembro de 2020 e esta provisão foi revertida em junho de 2021, por ocasião da venda do direito de crédito à GRT Partners, com perda real de R\$7.924, reconhecida no resultado do primeiro semestre de 2021.

(c) Contingências provenientes de combinação de negócios

Com a aquisição de Arjo Wiggins Ltda., em 19 de maio de 2015, a Companhia assumiu R\$8.302 relativos a riscos anteriormente não contabilizados nos livros da referida Companhia, sendo R\$7.921 relacionados a riscos de natureza fiscal, R\$357 de natureza trabalhista e R\$24 de natureza cível. Os montantes dos processos não materializados, que totalizam R\$ 7.944, foram integralmente baixados para o resultado em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, os processos cuja chance de perda é classificada como possível, são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Tributários	509
Trabalhistas e cíveis	<u>5.395</u>
	<u><u>5.904</u></u>

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão e encargos sobre férias	2.736	3.088
Imposto de renda retido pessoa física	605	557
FGTS a recolher	209	221
INSS a recolher	772	729
Participação nos resultados	2.370	2.475
Outros salários e encargos sociais	332	272
	<u>7.024</u>	<u>7.342</u>

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de clientes nacionais	1.885	241
Adiantamento de clientes estrangeiros (a)	12.998	452
Adiantamento de clientes no país e no exterior	<u>14.183</u>	<u>693</u>

(a) Saldo em 31 de dezembro de 2021 impactado em decorrência de novo contrato com o cliente Casa da Moeda da Argentina, celebrado em 2021.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Comissionamento a pagar (a)	31.421	30.099
Comissão a pagar s/ captação do empréstimo CDCA (b)	-	9.700
Obrigações contratuais com terceiros (c)	11.341	-
Energia elétrica	1.974	861
Provisão de multa fornecedor (d)	-	3.189
Provisão sucess fee (e)	5.295	1.749
Outras contas a pagar	6.244	3.249
	<u>56.275</u>	<u>48.847</u>
Circulante	15.587	18.748
Não circulante	40.668	30.099

(a) Em 28 de outubro de 2020, a Fedrigoni Brasil Papéis celebrou contrato de comissionamento com instituição financeira por prestação de serviços em estruturação da gestão financeira do negócio.

A data de vencimento do contrato, ao exclusivo critério da instituição financeira, pode ser (i) 19 de novembro de 2025; (ii) na data de vencimento antecipado do CDCA ou (iii) a data do resgate e/ou pré-pagamento integral do CRA e/ou do CDCA.

O Comissionamento será pago nas seguintes condições: (i) sempre que ocorrer um Evento de Liquidez a partir da data de assinatura deste referido contrato até a data de seu vencimento (inclusive), um montante equivalente ao produto da Participação da instituição financeira e o valor de avaliação no evento de liquidez implícito no respectivo Evento de Liquidez; (II) caso ocorra qualquer outro Evento de Pagamento Obrigatório (exceto um Evento de Liquidez) a partir da data de assinatura deste referido contrato até a data de seu vencimento (inclusive), um montante equivalente ao produto entre a Participação da instituição financeira e o Valor de Avaliação na Análise Comparável.

As seguintes definições são utilizadas no contrato: (i) Evento de Liquidez: abertura de capital da Companhia, venda de participação, mudança de controle, cisão, fusão, incorporação, etc.; (ii) Evento de Pagamento Obrigatório: evento de liquidez, evento de inadimplemento que, ao exclusivo critério da instituição financeira, considere como Evento de Pagamento Obrigatório, Data de Vencimento ou Regaste e/ou pré-pagamento integral do CRA e/ou CDCA, nas formas estipuladas nos documentos da operação; (iii) Participação da instituição financeira: significa 10% (dez por cento) e (iv) Valor de Avaliação na Análise Comparável: valor correspondente à diferença positiva entre o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de pagamento da remuneração em questão multiplicado por 10 (dez) e a Dívida Líquida na respectiva Data de Pagamento. A remuneração mínima garantida devida na data de vencimento do contrato é de R\$30.000, corrigido em 100% da taxa DI, calculada “pro rata temporis”, resultando para o período de 28 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$1.421. A correção pela taxa DI, “pro rata temporis”, deverá ser aplicada durante toda a vigência do contrato dos CRA, de acordo com as taxas divulgadas diariamente no site www.b3.com.br.

- (b) Referente à comissão a pagar sobre a captação do empréstimo relativo ao CDCA, conforme contrato celebrado em 7 de dezembro de 2021, com efeitos retroativos a dezembro de 2020, referente aos serviços de assessoria prestados pela Companhia GRT Partners durante todo o processo de captação e estruturação da dívida do CDCA, os quais foram liquidados ao longo de 2021.
- (c) Em 2021 a Companhia estimou efeitos contratuais com o antigo controlador e reconheceu saldo a pagar em contrapartida a outras receitas (despesas) operacionais e atua com seus assessores jurídicos para avaliar a obrigação presente perante o antigo controlador à luz do acordo entre as partes.
- (d) Multa contratual com fornecedor estrangeiro devido a desistência de compra de máquina, por um projeto descontinuado pela Administração anterior, conforme detalhado na nota explicativa nº 10 b).
- (e) Provisão de “sucess fee” a consultores tributários que apoiaram no processo de ICMS previsto na Portaria CAT 83/2009 descrito na Nota 8 (a) e no levantamento de crédito de PIS e COFINS sobre o ICMS na base descrito na Nota 8 (b).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de 3.628.931.009 ações (3.628.931.009 de cotas em 2020), com valor nominal de R\$0,10 cada uma, distribuídas conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
GBRBR Holding S.A.	3.628.931.009	3.628.931.009
	<u>3.628.931.009</u>	<u>3.628.931.009</u>

(b) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui prejuízos acumulados no montante de R\$180.069 (R\$186.486 em 2020). Esses prejuízos acumulados têm que ser absorvidos com lucros futuros antes que seja possível distribuir lucros ou dividendos aos acionistas.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mercado interno	239.620	278.238
Mercado externo	152.516	105.031
Serviços prestados	426	1.572
Impostos sobre as vendas	(52.099)	(59.837)
Devoluções e abatimentos	(2.553)	(1.069)
	<u>337.910</u>	<u>323.935</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Matérias-primas e materiais de consumo	(162.038)	(145.696)
Despesa de benefícios com empregados	(50.126)	(51.463)
Depreciação e amortização	(11.623)	(10.967)
Depreciação e amortização da mais-valia de ativos	(3.227)	(15.668)
Despesas com utilidades	(27.364)	(22.147)
Despesa com reparos e manutenções	(5.289)	(8.576)
Despesas com serviços profissionais contratados	(7.410)	(13.695)
Despesas com comissões internacionais	(21.035)	(6.545)
Despesa com fretes, viagens e publicidade	(9.547)	(8.749)
Provisão (reversão da provisão) para perda de estoques	4.952	(5.978)
Residual na venda de ativo imobilizado	11	3.121
Baixa de depósito judicial (d)	-	(8.303)
Créditos tributários (a)	26.299	-
Contrato de comissionamento (b)	-	(30.099)
Obrigações contratuais com terceiro (c)	(11.341)	-
Baixa projeto descontinuado - adiantamento fornecedor imobilizado (e)	(8.798)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(14.769)	(11.508)
	<u>(301.305)</u>	<u>(336.273)</u>

Classificadas como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo dos produtos vendidos	(232.902)	(224.893)
Despesas comerciais	(23.928)	(18.572)
Despesas gerais e administrativas	(41.480)	(64.828)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(2.995)</u>	<u>(27.980)</u>
	<u>(301.305)</u>	<u>(336.273)</u>

- (a) Receita proveniente de créditos tributários da ação judicial da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme nota explicativa 8 b).
- (b) Referente ao contrato de comissionamento divulgado na nota explicativa nº 19 a), a remuneração mínima garantida devida na data de vencimento do contrato é de R\$30.000 (trinta milhões de reais), corrigido em 100% da taxa DI, calculada pro rata temporis.
- (c) Efeitos contratuais com o antigo controlador, conforme nota explicativa 19 c).
- (d) Efeito relevante de baixa de depósito judicial, conforme nota explicativa 16 b).
- (e) Efeito relevante de baixa de adiantamento de fornecedor de imobilizado, conforme nota explicativa 10 b).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros passivos	(1.459)	(3.018)
Juros sobre mútuo a pagar (a)	-	(3.026)
Juros e atualização de empréstimos	(18.949)	(404)
Amortização de custos dos empréstimos	(8.044)	(202)
Juros e atualização do contrato de comissionamento	(1.322)	-
Outras despesas financeiras	<u>(412)</u>	<u>(241)</u>
	<u>(30.186)</u>	<u>(6.891)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros ativos (b)	1.226	676
Juros e atualização sobre mútuo a receber (a)	6.421	37
Descontos obtidos	262	500
Outras receitas	<u>(39)</u>	<u>(44)</u>
	<u>7.870</u>	<u>1.169</u>
<u>Variação cambial, líquida</u>		
Variação cambial ativa	11.878	18.870
Variação cambial sobre mútuo a pagar (a)	-	(47.914)
Variação cambial passiva	<u>(9.013)</u>	<u>(26.048)</u>
	2.865	(55.092)
	<u>(19.451)</u>	<u>(60.814)</u>

- (a) Rubrica impactada pela movimentação de mútuos, conforme detalhada na nota explicativa nº 11.
- (b) Em 2021 a rubrica "juros ativos" é impactada pelo reconhecimento da atualização Selic de créditos tributários relacionados a ação judicial da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R\$955.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos	Ativos financeiros ao custo amortizado	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.876	14.001
Aplicações financeiras	7.018	-
Contas a receber de clientes	49.405	51.413
Depósitos judiciais	1.033	1.204
Partes relacionadas	73.948	57.221
	<u>137.280</u>	<u>123.839</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	50.168	23.242
Empréstimos e financiamentos	95.887	88.150
Comissões a pagar	3.014	4.976
Outras contas a pagar	56.275	48.847
	<u>205.344</u>	<u>165.215</u>

Fatores de risco financeiro:

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez e risco de concentração de clientes.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo:				
Contas a receber em dólares norte-americanos (US\$)	6.310	35.211	7.830	40.683
Contas a receber em euros (€)	-	-	159	1.017
Passivo:				
Fornecedores em dólares norte-americanos (US\$)	(3.970)	(22.154)	(158)	(823)
Fornecedores em euros (€)	(577)	(3.646)	(229)	(1.461)
Fornecedores em libra	(25)	(185)	-	-
Exposição líquida	1.738	9.226	7.602	39.416

(ii) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Com base na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2021, e projeções futuras do câmbio de acordo com boletim Focus emitido pelo banco central, estima-se que um aumento ou uma redução 25% e 50% na taxa de câmbio do real (R\$) perante as moedas estrangeiras resultaria em ganho ou perda na Companhia, brutos de imposto de renda e contribuição social, nos montantes a seguir:

	Reais	Ganho (perda) - 31/12/2021			
		Aumento		Redução	
		25%	50%	25%	50%
Câmbio em dólares norte-americanos (US\$)	28.025	7.006	14.013	(7.006)	(14.013)
Câmbio em euros (€)	(3.646)	(912)	(1.823)	912	1.823
Câmbio em libra	(185)	(46)	(93)	46	93
	24.194	6.049	12.097	(6.049)	(12.097)

(b) Risco de créditos

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

A Companhia possuía cobertura de risco sobre recebíveis que cobre 93%, de janeiro até outubro de 2021, do limite de crédito concedido a cada cliente pela CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. Após recesso da avaliação pela Administração, devido a não utilização do mesmo, não houve a renovação deste seguro.

No que diz respeito aos recursos mantidos em instituições financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os recursos em um único grupo econômico.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Mais de dois anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	50.168	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.009	44.249	39.629
Comissões a pagar	3.014	-	-
Outras contas a pagar	15.587	9.267	31.421

(d) Risco de concentração de clientes

Os produtos da Companhia são usualmente vendidos mediante ordens de compra, em que é observado um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 59% do seu faturamento bruto é concentrado em dois clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia.

Gestão de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total de empréstimos e financiamentos	95.887	88.150
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5.876	14.001
Dívida líquida	<u>90.011</u>	<u>74.149</u>
Total do patrimônio líquido	<u>182.824</u>	<u>176.407</u>
Total do capital	<u>362.893</u>	<u>362.893</u>
Índice de alavancagem financeira %	49%	42%

25. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos firmados com fornecedores para aquisição de matéria prima de forma a assegurar a regularidade de seus negócios e suportar as suas atividades produtivas e comerciais. Existe um contrato de fornecimento de celulose entre a Fedrigoni Brasil Papéis S.A. e a Suzano Papel e Celulose, que define a quantidade mínima de celulose que a Companhia deve adquirir durante o ano. Esta quantidade mínima está fixada em 9.600 toneladas/ano e, no exercício de 2021, a Companhia adquiriu o total de 11.732 toneladas, cumprindo integralmente a obrigação contratual assumida.

26. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da cobertura de seguros pode ser verificado no quadro a seguir em que estão abertos os limites máximos indenizáveis. Os veículos estão segurados a valor de mercado.

	<u>31/12/2021</u>
Danos materiais a frota e responsabilidade civil	7.300
Propriedade e lucros cessantes	479.679

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração de razão social

Em 1 de agosto de 2022, a Companhia alterou a sua razão social para Blendpaper Security Papeis Especiais S.A.

Assembleia de credores em 11 de outubro de 2022

Em 11 de outubro de 2022 realizou-se Assembleia Geral, da qual participaram 23,53% de titulares de CRA ("Titulares dos CRA"), representantes legais da Virgo Companhia de Securitização, atual denominação social de ISEC Securitizadora S.A., ("Emissora" ou "Securitizadora"), representantes legais da Vórtx Distrib. Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e representantes legais da Fedrigoni Brasil Papéis S.A. ("Devedora"). Nessa reunião, os titulares dos CRA deliberaram sobre:

- a) Não decretação do Vencimento Antecipado do CDCA e conseqüentemente dos CRA, em razão do descumprimento do prazo estabelecido no item ("a") das deliberações da Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 28 de outubro de 2021 ("AGT 28/10/2021") para conclusão do registro do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Imóveis"), relacionado ao Imóvel Garantia objeto da matrícula de nº 453, ("Imóvel") junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salto/ SP ("Imóvel" e "RGI", respectivamente), cujo prazo findou-se em 25 de fevereiro de 2022.
- b) Aprovação da concessão de prazo adicional:
 - 1) De 180 dias, contados da data de aprovação deste item em Assembleia, para a conclusão do desmembramento da matrícula 453 registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salto/SP em 4 novas matrículas (constituídas das áreas hoje indicadas como Glebas A, A-I, B e E), sendo que a Gleba C permanecerá na matrícula 453 ("Desmembramento") totalizando 5 (cinco) matrículas relativas ao Imóvel ao final do Desmembramento;

- 2) Para:
- i) a conclusão do registro no RGI do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, inclusive com a regularização do registro no RGI da Gleba C (a qual permanecerá na matrícula 453), com a celebração de eventual aditamento para inclusão da alienação fiduciária dos imóveis objeto das 4 novas matrículas decorrentes do Desmembramento indicado no item (1) acima (constituídas das áreas hoje indicadas como Glebas A, A-I, B e E), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de aprovação deste item em Assembleia; ou
 - ii) a celebração e conclusão do registro no RGI de novo(s) contrato(s) de alienação fiduciária de imóvel(eis) relacionado(s) aos imóveis objeto das 4 novas matrículas decorrentes do Desmembramento indicado no item (1) acima (constituídas das áreas hoje indicadas como Glebas A, A-I, B e E) em termos substancialmente similares ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel no prazo de 180 (cento e oitenta) dias supracitado, sendo que, neste caso, a regularização da Gleba C da matrícula 453 com a conclusão do registro no RGI do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel relacionada ao imóvel objeto da matrícula 453 (a qual será constituída pela área hoje indicada como Gleba C) deverá ocorrer no prazo de 220 (duzentos e vinte) dias contados da data de aprovação deste item na Assembleia;
- c) A não decretação do Vencimento Antecipado do CDCA e a conseqüente não realização do Resgate Antecipado dos CRA, em razão da concessão de Mútuo realizados no período de abril a novembro de 2021 ao acionista controlador (GBRBR Holding), no montante de R\$ 10.306, conforme nota explicativa 11.
- d) Aprovação do pagamento de waiver fee pela Devedora no valor de 0,95% sobre o saldo devedor da operação atualizado até a data da realização da Assembleia, a ser pago em até 10 dias úteis contados da data da Assembleia por meio da plataforma eletrônica na B3; e
- e) Autorização ao Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para a implementação das deliberações acima, inclusive, mas não se limitando os aditamentos aos Documentos da Emissão para refletir as novas matrículas que irão compor a(s) alienação(ões) fiduciária(s) outorgada(s) aos titulares do CRA, conforme aplicável, inclusive com a celebração de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel ou a celebração de novo(s) instrumento(s) de alienação fiduciária para contemplar a alienação fiduciária das novas matrículas oriundas do Desmembramento, conforme o caso.
-